

D. João VI e o seu Reinado na Historiografia Oitocentista Portuguesa

Maria Isabel João*

Resumo. No artigo analisa-se a forma como D. João VI (1767-1826) e a sua governação foram vistos pela historiografia portuguesa do século XIX. Primeiro como Príncipe Regente e, após a morte de D. Maria I em 1816, na qualidade de monarca, D. João deteve o poder durante um período crucial da história da nação. A sua época correspondeu à transição, a vários títulos penosa, do Antigo Regime para a contemporaneidade e foi marcada pelo impacte das invasões francesas, do exílio da família real e da corte portuguesa no Brasil, da primeira revolução liberal, da independência do colónia brasileira e das profundas clivagens políticas no seio da elite dirigente e da própria família real. Num período especialmente difícil e controverso, o rei foi um homem que ascendeu ao poder por força da morte do irmão mais velho, sem possuir grandes aptidões para o cargo aos olhos de figuras coevas. A loucura da mãe obrigou-o a tomar as rédeas do governo mais cedo, com 24 anos. Para a história ficou com o cognome de “Clemente”, mas isso não o livrou de uma morte traiçoeira sob fortes suspeitas de envenenamento. Ao nível pessoal e como governante, D. João foi duramente causticado pela vida. Por isso, será importante analisar como os historiadores do século que foi inaugurado pelo seu reinado o julgaram e o retrataram para a posteridade.

Palavras-chave: História. Historiografia. Representação. D. João VI. Portugal.

* Professora Auxiliar da Universidade Aberta (Lisboa). E-mail: ijoao@univ-ab.pt

As representações: restauracionista, liberal e martiniana

*Dita florida sim, mas dita breve,
Subito o Gallo invade a Lusã terra,
Porque cega ambição contente e ceve
Embora á custa de aleivosa guerra.
João, que a tanto risco expor não deve
A prole, e a genitrix, eis se desterra,
Asylo vai buscar noutra hemispherio,
E as bazes lança de futuro Imperio.*

(António José Viale, 1858)

Quando se fala em relação ao século XIX de historiadores e de historiografia temos de entender estes conceitos em sentido lato. A história, como é conhecido, foi muito cultivada naquela época, por razões ideológicas muito associadas ao desenvolvimento das identidades nacionais e aos movimentos de afirmação das nacionalidades. Nesse sentido, alguns dos mais doutos autores, como Alexandre Herculano no caso português, estiveram mais interessados nas origens e na construção do reino de Portugal como unidade política independente no contexto da península ibérica. Outros escritores centraram-se mais no período dos descobrimentos e navegações dos portugueses, naquele que era e continuou a ser visto como o período áureo da nação, o século XVI. A história recente ficou, deste modo, de algum modo menosprezada e associada a memórias ou a relatos em que é mais forte o cunho político.

Assim, podemos distinguir num primeiro momento o trabalho de José Acúrsio das Neves (1766-1834), um autor culto, formado pela Universidade de Coimbra, que é mais conhecido pela sua obra económica. Porém, teve um papel muito activo como panfletário anti-napoleónico e deixou uma descrição pormenorizada da primeira invasão francesa, onde alia os propósitos restauracionistas, favoráveis aos direitos históricos da Casa de Bragança em relação à Coroa, à exaltação do heroísmo das populações que resistiram à ocupação napoleónica. *A História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, em cinco pequenos volumes, publicados

em 1810-1811, é uma narrativa viva dos acontecimentos políticos e dos levantamentos populares que ocorreram de Norte a Sul do país, com propósitos patrióticos. A obra acabou por ser uma fonte de informação para as gerações posteriores.

Acúrsio das Neves na sua análise do período que antecedeu a primeira invasão francesa transmitiu uma visão de um reino próspero, cuja desgraça e miséria foi cavada pela guerra. Considerou o reinado de D. José I “brilhante” e “huma epoca muito memoravel e muito feliz na nossa historia”, em larga medida devido à acção do Marquês de Pombal (NEVES, 1810-1811, p. 252). Também não tinha uma percepção negativa do reinado de D. Maria I, ao contrário do que depois foi comum na historiografia liberal. Traçou da fase de governação desta rainha um quadro de prosperidade e desenvolvimento do reino, se bem que notasse que as manufacturas não acompanhavam o progresso que se fazia sentir noutros sectores, como a agricultura e o comércio, especialmente aquele que era feito com as colónias. Quanto à regência de D. João, iniciada em 1792 por causa da loucura da mãe, que descreveu como “nosso amado Príncipe, cujas intenções benéficas se fizeram sentir por toda a parte”, viu-o como muito positiva para o país, destacando a acção “sábia” dos ministros e “o génio emprehendedor e reformador do Conde de Linhares” (*Idem, Ibid.*, p. 254).

O seu compromisso com o regime monárquico e com a casa reinante era claro. Do mesmo modo, em termos muito pragmáticos, considerou que a saída da família real para o Brasil tinha sido uma atitude sensata que visava evitar maiores males. Leia-se o seu aprisionamento e ficarem reféns de Napoleão, como aconteceu com a família real espanhola, e a provável perda da colónia do Brasil. Em relação à polémica abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, a sua posição foi favorável e apresentou-a como uma necessidade premente para o comércio e para a sobrevivência da colónia, dadas as circunstâncias político-económicas que se viviam. Nesta matéria, salienta-se o economista aberto a medidas de liberalização, mas suficientemente prudente para não se esquecer de mencionar a solidariedade que as colónias deviam às metrópoles, senão mais valeria não as possuir. Vejamos a sua opinião:

D. João VI e o seu Reinado na Histografia Oitocentista Portuguesa

Os vassallos do mesmo soberano devem gozar dos mesmos direitos por toda a extensão dos seus Estados; mas para haver igualdade de direitos he necessario contemplarem todas as relações, que os determinão. Todos devem participar igualmente dos benefícios, mas na mesma proporção devem concorrer para os encargos. (*Idem*, II tomo, p. 15)

A história patriótica de Acúrsio das Neves assenta numa visão conservadora e restauracionista, em que, de um lado, estão os “bárbaros usurpadores”, apoiados por “traidores”, e do outro o povo heróico, ajudado pelos “fieis ingleses”. Na sua obra, os britânicos foram tratados como heróis e aliados, uma posição inversa daquela que, depois, seria tomada pelos escritores liberais. Mostrou-se mesmo compassivo com a ocupação inglesa da ilha da Madeira, que interpretou como uma forma de evitar “algum golpe de mão dos francezes”, mostrando-se confiante que o arquipélago seria restituído ao legítimo soberano, logo que as condições o permitissem. Num plano igualmente elogioso colocou o povo espanhol que deu o exemplo à Europa com a sua reacção contra os “usurpadores”, numa altura em que o continente se tinha tornado numa verdadeira prisão, agrilhado pelo “ímpio” Napoleão. A narração de José Acúrsio das Neves influenciou, naturalmente, a memória das gerações liberais, mas quanto à interpretação da história política são muitas as divergências. Por um lado, há que considerar as diferenças ideológicas em relação aos autores que podemos classificar, de forma muito genérica, como liberais e, por outro lado, os acontecimentos posteriores não deixaram de influenciar a visão destes em relação ao passado. Somente num ponto se verifica perfeita consonância: o enaltecimento do heroísmo dos portugueses e da resistência popular à “usurpação”.

Após as memórias e os elogios da praxe enquanto foi vivo e durante as suas exéquias, logo no ano seguinte ao da sua morte foi publicada em França uma história do rei D. João VI, de feição liberal, que viria a ser traduzida e publicada em Portugal uma década mais tarde (LENORMAND, 1827). O tradutor teria sido o conselheiro João Paulo Pereira e, em 1866, apareceu uma reimpressão da mesma obra sem indicação do seu autor na edição. Nela encontramos já,

em síntese, o retrato de um Príncipe que não tinha sido talhado para a governação, de hábitos monacais que se deliciava a entoar o canto-chão. Sem conhecimentos nem experiência, o regente estava destinado a ser um instrumento dos seus ministros e das suas maquinações. Como traços de personalidade, o autor refere a “indolência”, o “desinteresse e pouca ambição de que era dotado” (*Idem, Ibid.*, p. 25-26).

Contudo, alguns anos mais tarde, D. João decidiu-se a assumir o poder soberano e mostrou alguma “firmeza de carácter” e uma “energia, de que ninguém até ali o julgava capaz” (*Idem, Ibid.*, p. 27-28). Ao mesmo tempo, por influência do intendente Pina Manique, apresentado como alguém de um “odioso despotismo”, o regente tornou-se desconfiado, receoso e dissimulado em relação aos seus colaboradores e, sobretudo, para aqueles que, na opinião do autor da biografia, eram os homens de maior mérito. Quando D. João começou a governar em seu próprio nome viu-se, então, outra faceta da sua personalidade:

[...] a sua natural irresolução era acompanhada de muita dissimulação e finura; e com quanto se sentisse incapaz de perseverança e raras vezes ousasse oppor-se ás vontades dos ministros, ninguém era, contudo, mais cioso do poder do que elle, e ninguém mais do que elle temia ver-se dominado por um ministro preponderante. (*Idem, Ibid.*, p. 33)

A partir dessa altura o sistema do regente e futuro rei D. João VI teria consistido em manter os conselheiros divididos para lhes enfraquecer o poder e fortalecer o seu próprio. Como aspectos muito positivos, refere-se nesta narrativa que D. João fez progressos e mostrou, posteriormente, “raciocínio e inteligência pouco vulgar”, não se mostrando fanático nem favorecendo a superstição (*Idem, Ibid.*, p. 34). Desenvolveu uma “melancolia profunda” para o que contribuiu o facto de não ter tido uma união “venturosa” com D. Carlota Joaquina. E ganhou o cognome de Clemente pela sua “excessiva bondade”, amnistiando por várias vezes os responsáveis por conspirações políticas, em que se destacaram o infante D. Miguel e a rainha. Apesar disso, acabou por sucumbir sob fortes suspeitas de envenenamento.

D. João VI e o seu Reinado na Histografia Oitocentista Portuguesa

No aspecto físico, o rei é descrito nos seguintes termos:

O seu exterior nada tinha de agradável; era de estatura mediana, bastante encorpado, tinha feições comuns, pouco regulares, e o beijo inferior grosso e descahido: na verdade a sua physionomia de modo algum inculcava o desenvolvimento do seu espirito.

A visão da actuação política de D. João ecoa em obras posteriores, nomeadamente em Luz Soriano (SORIANO, II tomo, 1867, p. 299). Soriano (1802-1891) foi educado na Casa Pia de Lisboa e diplomou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra. Destacado liberal, esteve exilado e combateu no exército de D. Pedro. Na sua extensa obra sobre a *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834* referiu-se a D. João e ao seu período de governação em termos muito críticos. Começou logo por condenar a “frouxidão e inactividade” do governo português em se preparar para a guerra (*Idem, Ibid.*, p. 128), o que tornou inevitável a retirada pouco honrosa da família real para o Brasil, no meio do grande alvoroço e da confusão que marcou o embarque no cais de Belém. O Príncipe Regente foi descrito como alguém profundamente penalizado pela desgraça, de pernas a tremer e de lágrimas a escorrer-lhe pela face contraída de dor. A rainha D. Maria, no trajecto para o cais, teria dito aos cocheiros: “Não tão depressa, que pensarão que vamos fugidos!” (*Idem, Ibid.*, p. 674). Este saboroso episódio colocava na boca da rainha louca o que, afinal, todos pensavam na altura.

Luz Soriano condenou a forma como o regente assumiu o poder, sem terem sido convocadas as Cortes. Deste modo, D. João começava a exercer o poder de modo absoluto. Mais tarde transigiu com os vintistas e jurou a Constituição, algo que D. Carlota Joaquina se recusou a fazer e a afastou da corte para o palácio do Ramalhão, na região de Sintra. Todavia, perante a Vila-Francada, D. João aboliu a Constituição e voltou a governar como rei absoluto, apesar de se ter mostrado conciliador e prometer uma nova lei fundamental. Aos olhos de um liberal este comportamento político não podia merecer

simpatia e ficava a ideia que o rei se acobardara e mostrara grande inacção, permitindo a D. Miguel manter-se como comandante-em-chefe do exército e pôr em causa o poder real (*Idem*, Terceira época, Tomo II - Parte I, p. 218). Mas Luz Soriano mostrou alguma empatia com a infelicidade do rei na boca de quem colocou a dado passo a seguinte fala:

Não há duvida de que sou dos monarcas mais infelizes do meu tempo, já como rei e já como marido e pae; porque como rei tive de pagar á França, para conservar a neutralidade com que me illudiram, tanto cabedal e suor dos meus vassalos; sendo por fim obrigado a fugir para o Brazil; a que se seguiu testemunhar umas poucas revoluções no meu reinado; como marido, porque nunca a minha esposa se aproximou de mim, que não fosse para me affligir; e como pae, porque enquanto um dos meus filhos se levantou contra mim, e me tirou uma das partes mais importantes da monarchia, o outro não só me chegou a prender no meu próprio paço, mas até acaba de me obrigar a recorrer à protecção e asylo que hoje aqui me offerece a bandeira de uma nação aliada e amiga. (*Idem*, Terceira época, Tomo II – Parte I, p. 236-237)

O rei referia-se, naturalmente, à Inglaterra, mas ao contrário desta ideia de nação “aliada e amiga”, Luz Soriano no seu relato sobre a guerra peninsular não deixou de colocar os ingleses ao mesmo nível dos franceses pelo “espírito de rapina” e de “desmedida ambição” (*Idem*, Primeira época, Tomo II, p. 678). A posição anti-britânica tornou-se mais comum depois do final da guerra e do governo da regência do reino em que o general Beresford teve um papel decisivo e muito polémico. No caso da independência do Brasil, Soriano destacou o papel de D. Pedro, movido pela ambição de ser Imperador e de se libertar da tutela paterna, e mais uma vez o da Inglaterra, cujos officios diplomáticos contribuíram para favorecer o projecto brasileiro, no seu próprio interesse económico e comercial. Um dos últimos actos políticos de D. João VI consistiu em ratificar o tratado, negociado com a mediação inglesa, que estabelecia a soberania do Brasil e a sua separação do reino de Portugal

e dos Algarves, a 15 de novembro de 1825. Nem os portugueses nem os brasileiros ficaram satisfeitos com os termos desse tratado: uns porque perdiam um grande território e os outros porque consideravam vexantes e onerosas as contrapartidas financeiras a que ficavam sujeitos.

Em março de 1826, D. João finava-se e Soriano fez eco dos boatos sobre o veneno que teria ingerido ao comer umas laranjas à merenda (*Idem*, Terceira época, Tomo II – Parte I, p.385). A posição do escritor é francamente a favor desta ideia do envenenamento, que atribui ao partido da rainha e de D. Miguel, apesar de provavelmente afirmar que não havia provas definitivas do crime (*Idem, Ibid.*, p. 386). O rei faleceu antes de perfazer os 59 anos de idade. Os seus últimos dias foram ensombrados pelo problema da sucessão da Coroa e pelo conflito latente entre constitucionais e absolutistas. Este dissídio haveria de levar o país a uma sangrenta guerra civil.

Pinheiro Chagas (1842-1895) é outro escritor, de feição monárquica e liberal, que importa salientar pela notoriedade que atingiu no seu tempo. A sua presença na imprensa e na vida política, além das numerosas publicações – poesia, romances, novelas, dramas e história - tornaram-no uma figura conhecida e influente na sociedade da época. Para analisar a sua posição vamos socorrer-nos da *História de Portugal*, em edição ilustrada por Manuel Macedo, que foi dirigida por ele e contou com a colaboração de António Enes, Luciano Cordeiro, Alberto Pimentel, Bernardino Pinheiro, Eduardo Vidal e Gervásio Lobato. O sexto volume trata dos reinados de D. Maria I a D. Luís e foi da responsabilidade de Manuel Pinheiro Chagas. A publicação não está datada. O estilo historiográfico de Pinheiro Chagas é influenciado pela sua veia literária, muito viva e popular. Os factos são documentados, mas o autor não se coíbe de emitir todos os juízos de valor e comentários que tornam mais sugestiva e, na sua perspectiva, educativa a narrativa.

Deste modo, não poupou a corte portuguesa do tempo de D. Maria que considerava um “asylo de fanatismo e de ignorância” (CHAGAS, 1874, p. 6). Por isso, o governo rejeitara as ideias da Revolução Francesa e envolvera-se nas campanhas do Rossilhão, em vez de manter a neutralidade que seria a política adequada naquele contexto, na opinião de Pinheiro Chagas. Com aquela decisão, a

Coroa portuguesa acicatou o ódio da república francesa e expôs-se a ser abandonado pelos aliados, que concluíram uma paz separada com a França. O governo espanhol de Carlos IV aliou-se aos franceses, enquanto os ingleses nos tratavam com a maior “sem cerimônia” e “desprezo” (CHAGAS, s.d., p. 97). A narrativa de Pinheiro Chagas destaca a forma como o governo português era menosprezado pelas potências europeias e condena o “espírito pusilânime do Príncipe Regente”, que se reflectia na actuação do seu governo (CHAGAS, 1874, p. 23).

Deste modo, o desenlace só podia ser o espectáculo “miserando” da família real em fuga para o Brasil, sob a protecção da esquadra inglesa. Nesse lance, a pena do novelista traçou um quadro trágico-burlesco. A rainha D. Maria, ensandecida há vários anos, soltando brados selvagens de doida, recusava-se a embarcar para grande consternação do Príncipe. O regente salvava a sua “preciosa” pessoa, mas deixava um reino abandonado, com o tesouro falido, os soldados sem o soldo, os funcionários sem os ordenados e os credores do Estado com as dívidas por pagar. No dizer pitoresco de Pinheiro Chagas, D. João “atravessava o Atlântico para ir reinar com socego á sombra das bananeiras americanas” (CHAGAS, s.d., p. 102). Porém, o Príncipe naquele transe da sua vida mostrava-se muito penalizado, e “fraco, pouco intelligente mas bondoso” respondia com prantos às súplicas do povo que desamparava (*Idem, Ibid.*). Mas nem por isso o escritor deixa de afirmar de forma contundente: “Na hora da crise abandonava o povo que tinha obrigação de guiar e defender [...]” (*Idem, Ibid.*). O autor da História Alegre de Portugal: leitura para o povo e para as escolas rematava em termos contundentes: “Que vergonha! que oppobrio! que tristissima e deploravel época!” (*Idem, Ibid.*, p. 101).

No Brasil foram tomadas as medidas necessárias para constituir a sede do governo do império português. Assim, vira-se D. João “obrigado a conceder á sua colónia todas as prerrogativas de que até ahi só gosava a metropole.” (*Idem, Ibid.*, p. 138). A residência da família real e da corte naquele país foi fundamental para o seu desenvolvimento e, entretanto, Portugal definhava assolado pelas invasões francesas e por uma situação económica “atroz” – “Morria-se literalmente de fome no reino (*Idem, Ibid.*, p. 141). A situação sócio-

económica muito difícil, o despotismo da regência, as exigências do comando britânico liderado por Beresford e a expansão das ideias liberais na Europa, tudo concorria para uma mudança política que veio a ocorrer com o pronunciamento militar do Porto, em 1820. Foi na sequência destes acontecimentos que o rei decidiu, com custo, voltar ao reino. Mais uma vez “chorava como uma criança”, desta feita para se separar dos súbditos brasileiros. Antes de embarcar teria abraçado o filho, D. Pedro, e contava-se que lhe dissera: “Bem vejo que o Brasil não tardará a separar-se de Portugal. N’esse caso, se não me poderes conservar a coroa, guarda-a para ti, e não a deixes cair em mãos de aventureiros” (*Idem, Ibid.*, p. 160). Pinheiro Chagas fez eco deste episódio premonitório na sua narrativa, o que não deixa de ser notável para um homem que antes tinha classificado de “pouco inteligente”. O rei regressou a Portugal no início de julho de 1821, “trémulo” e “assustado” com o espectro da revolução, além de muito “indeciso” sobre o modo como deveria proceder com as Cortes e com o governo liberal (*Idem, Ibid.*, p. 161). Os acontecimentos precipitaram-se para grande consternação régia: no Brasil, foi declarada a independência e, no reino, promulgou-se a Constituição.

Pinheiro Chagas era cartista e muito crítico da Constituição de 1822 que não considerava compatível com o regime monárquico, pela lhe faltar o poder moderador do rei e a prerrogativa real de dissolver as Cortes. D. João não foi capaz de opor-se aos radicais e viu-se reduzido a “um papel insignificantíssimo”, o que deu azo à acção de D. Carlota Joaquina e do seu filho, D. Miguel (*Idem, Ibid.*, p. 185). As peripécias sucederam-se, como sabemos, e o rei limitava-se a seguir o seu curso, sem força para intervir: “O rei tremia das cortes, e as cortes tremiam não do rei que bem lhe conheciam a fraqueza, mas dos realistas cuja força se manifestava a cada instante” (*Idem, Ibid.*, p. 190). Com razão, visto que se deu a Vila-Francada e foi restabelecido o absolutismo, como já referimos. D. João VI voltou a acomodar-se ao rumo que as coisas tomavam:

[...] aceitou de novo a realeza absoluta, mas com a firme intenção de outhorgar espontaneamente ao paiz uma Carta que lhe deixasse a ele uns direitos magestáticos, ao povo as liberdades necessarias, que lhe tirasse a elle os cuidados e as

perturbações do governo, e onde estivessem consignadas a sua querida irresponsabilidade e a sua querida inviolabilidade. (*Idem, Ibid.*, p. 197).

O lente do Curso Superior de Letras manifestava, deste modo, o seu pouco apreço pelo primeiro rei constitucional que teve de ratificar a independência do Brasil e foi extremamente clemente com conspiradores e revoltosos. Na conclusão do capítulo o que ressaltou como nota dominante foi a “fraqueza” do rei, apesar de ter “sérias qualidades pessoais” e inspirar simpatia pela sua bondade: “mas era um rei de decadência, um d’estes reis cujo governo fecha sempre os cyclos de um regímen nefasto, [...] cujo reinado foi precursor da liberdade em Portugal (*Idem, Ibid.*, p. 229).” O carácter do rei e a sua actuação apareciam, assim, de certo modo explicados pelo contexto histórico de transição entre diferentes regimes políticos, de acordo com a ideia de que as circunstâncias moldam o comportamento dos homens.

Contemporâneo de Pinheiro Chagas e uma das figuras mais marcantes da cultura portuguesa oitocentista foi, sem dúvida, Oliveira Martins (1845-1894) que iniciou o seu percurso dominado por preocupações de justiça social, republicanas e socializantes (SERRÃO, s.d., p. 210). Com uma capacidade de trabalho notável, a sua obra no campo historiográfico desdobrou-se num conjunto considerável de publicações e parte dela inseriu-se num ambicioso projecto de realizar uma Biblioteca das Ciências Sociais, com claro intuíto educativos e reformadores. Não se distinguiu pelo rigor do método nem tão pouco pela isenção. Os seus estudos têm um cunho fortemente ideológico e são dirigidos pela preocupação de explicar as sociedades e as acções humanas. Na advertência da sua famosa *História de Portugal*, que particularmente nos interessa neste caso, referiu que esta expõe uma “série de quadros, em que, na máxima parte das vezes, os caracteres dos homens, os seus actos, os motivos imediatos que os determinam e as condições e o modo por que se realizam, merecem antes a nossa reprovação do que o nosso aplauso.” (MARTINS, 1991, p. 9). Apesar disso, considerava que a história é uma “lição moral” e a “grande mestra da vida”,

D. João VI e o seu Reinado na Histografia Oitocentista Portuguesa

porque “apresentar crua e realmente a verdade é o melhor modo de educar.” (*Idem, Ibid.*, p. 10).

O escritor apresentou, naturalmente, a sua visão da “verdade” e os Bragança, que reinavam em Portugal desde 1640, foram caricaturados de modo a encarnarem a expressão máxima do estado de abatimento e de miséria moral do país:

E uma série de doidos, de maus ou de idiotas, levados pelo braço dos negociantes jesuítas e ingleses, pupilos de uns, prebostes de outros, disseram se reis de um reino que era uma sombra, animada por um único sonho: o sebastianismo. (*Idem, Ibid.*, p. 389).

D. Maria I endoideceu de todo e o filho, o Príncipe Regente, de “olhar vago”, na sua “régia ociosidade” limitou-se a assistir ao “desabar ruidoso do carcomido edifício da nação.” (*Idem, Ibid.*). O impacto da revolução francesa ia ter consequências em toda a Europa e já se aproximava a tempestade napoleónica, mas não se tomavam as medidas necessárias nem quaisquer providências úteis. Quando ela desabou sobre o país, o Bragança fugiu “miserável e cobardemente” e a prostração foi geral (*Idem, Ibid.*, p. 395). Este era o desenlace da “inépcia”, da “impotência absoluta”, do “vazio de força, de inteligência, de audácia” da política conduzida pelo Príncipe Regente (*Idem, Ibid.*, p. 397). Para vencer os franceses foram precisos os exércitos ingleses e Portugal passou a ser “o instrumento, o servo, a mula de carga da Inglaterra” (*Idem, Ibid.*, p. 400). Os tratados eram, na opinião de Oliveira Martins, a prova disso, e “o comércio, a indústria portuguesa ficavam de todo arruinados (*Idem, Ibid.*, p. 402)”. Mas, deste modo, salvava-se a Casa de Bragança que, “para conservar o trono, sacrificava o país” (*Idem, Ibid.*, p. 401).

O esquema simplista e linear de exposição, sublinhado por uma verbe colorida e caricatural, garantiram o sucesso da obra. A primeira publicação da *História de Portugal* foi em 1879; em 2004, já ia na vigésima primeira reedição. Nas duas últimas décadas do século XIX teve cinco edições e, depois desse início auspicioso, praticamente em todas as décadas houve várias reedições, com a excepção dos anos 30 do século passado. Oliveira Martins partilhava com outros

intelectuais da sua época a visão da decadência de Portugal, de que era a principal responsável a família reinante que tinha assumido o poder no período da Restauração. O Portugal contemporâneo suscitava-lhe “melancolia” e “pessimismo” (*Idem*, 1976, p. 25) e, por isso, fazer a história recente não era mais do que um exercício destinado a reconhecer os males que assolavam a governação do país e os homens de Estado portugueses. À cabeça deles colocava a inépcia de vários reis, entre os quais D. João VI que toda a vida se mostrara “indeciso”, “sem uma afirmação de vontade.” (*Idem, Ibid.*, p. 33). Na altura da sua morte houve sentimento e lágrimas, porque na “sua moleza insípida era bom”, mas deixava atrás de si o vazio e a iminência de uma catástrofe nacional (*Idem, Ibid.*, p. 34). A herança não podia ser mais negativa, de tal modo que não importava se tinha morrido envenenado ou não. A opinião geral acreditava no crime e este era somente o intróito da tragédia da sua sucessão.

De facto, após a sua morte, o herdeiro natural seria D. Pedro que foi aclamado em Portugal, mas abdicou na filha D. Maria da Glória, então uma menina de sete anos de idade. Esta deveria casar-se com o tio D. Miguel, a quem seria confiada a regência do reino. O imperador do Brasil pretendia, deste modo, dar continuidade a uma política de compromisso entre as várias facções, outorgando ao país uma Carta Constitucional, em 1826. Foi o texto constitucional que teve uma vigência mais longa em Portugal, apesar de ter sofrido algumas alterações enquanto durou. A regente interina, a infanta Isabel Maria, proclamou a Carta e houve festas no país a saudar a nova era constitucional. Mas o regresso de D. Miguel ao reino, em 1828, e o clima de crescente tensão entre liberais e absolutistas já prenunciavam a guerra civil que viria a ter lugar entre 1832-1834.

Voltando ainda ao malogrado D. João VI, Oliveira Martins dedicou quase três páginas da *História de Portugal* a descrever as respectivas características, que viu como o “derradeiro representante do sangue brigantino” (*Idem*, 1991, 409-411). Oliveira Martins defende, em nota, que D. Miguel e D. Pedro “são antes espanhóis ou italianos, aventureiros, *condottieri*”, subentendendo-se que prevalece o sangue materno, de D. Carlota Joaquina, nos filhos. Os Bragança posteriores são, por sua vez, alemães, pela influência genética do marido de D. Maria II, D. Fernando de Saxe-Coburgo Gotha. Por

D. João VI e o seu Reinado na Histografia Oitocentista Portuguesa

isso, o último representante genuíno da dinastia de Bragança reunia em si os defeitos de vários antepassados:

Egoísta e seco como D. João IV, tinha inclinações fradescas como D. João V; tinha a esperteza soez e baixa de D. Pedro II, e o plebeísmo de Afonso VI, sem ser inteiramente idiota, como fora o infeliz encarcerado de Sintra. (*Idem*, 1991, p. 409).

O retrato físico e psicológico é demolidor: disforme, flácido, fraco, medroso, indolente, sujo, avarento, era dado a “uma esperteza de saloio, refinada por uma casuística fradesca” e queria, acima de tudo, viver sossegado. Teria sido, na opinião de Oliveira Martins, se fosse um pouco menos “burlesco”, o melhor dos reis constitucionais, porque não era dado a tiranias e despotismos (*Idem*, 1991, p. 411). Com a sua pena dada a construções metafóricas, descreveu-o a percorrer na sua carruagem as artérias da capital e como um epígono do próprio reino.

Representante quase póstumo de uma dinastia, epitáfio vivo dos Braganças, sombra espessa de uma série reis doidos ou ineptamente maus, D. João VI, já velho, pesado, sujo, gorduroso, feio e obeso, com o olhar de morto, a face caída e tostada, o beijo pendente, curvado sobre os joelhos inchados, baloiçando como um fardo sobre as almofadas de veludo dos velhos coches dourados de D. João V, e seguido por um magro esquadrão de cavalaria – era, para os que assim o viram, sobre as ruas pedregosas de Lisboa, uma aparição burlesca. Para nós, ao lembrarmo-nos de que nesse coche, desconjuntado pelos solavancos das calçadas, vai o herdeiro e representante do Condestável, o espectáculo ressuscita-nos a história da nação, também desconjuntada pelos balanços da sua vida tormentosa. (*Idem, Ibid.*, p. 411).

Conclusão

A historiografia liberal não se revelou especialmente clemente com aquele que foi o primeiro rei constitucional do país. A sua figura pesada, as inegáveis hesitações da sua política, que alguns viram como indecisão e natural inépcia para a governação, numa época especialmente conturbada e dolorosa para o país contribuíram para criar uma imagem grotesca do rei D. João VI. O retrato físico, o psicológico e, sobretudo, a estatura como monarca aparecem permeados por uma representação negativa que nem a sua reconhecida bondade e tragédia pessoal conseguem desvanecer. Mas o ponto culminante desse retrato desfavorável foi traçado por Oliveira Martins que o viu como o representante dos Bragança e, aos abanões no seu coche desengonçado, como a expressão da própria vida atribulada da nação e da sua decadência.

King John VI and his Ruling in the Portuguese Historiography of the 1800s

Abstract. This article aims to examine the ways in which King John VI and his ruling were represented in the XIX century Portuguese historiography, drawing on a representative corpus of historical sources. First as Prince Regent and after his mother's death, D. Maria I in 1816, as acclaimed King, John (1767-1826) reigned during a most crucial period in the nation's history. His ruling corresponded to an eventful and arduous transition period from the Old Regime to the modern era, shaped by the impact of the French invasions, the exile of the royal family and the Portuguese court to Brazil, the first liberal revolution, the independence of the Brazilian colony and by deep political tensions amongst the ruling elite and the royal family itself. In an especially difficult and controversial period, Prince John, whose character was perceived as not being particularly suited for the throne, became the heir after his older brother's death. Furthermore, due to the mental illness of his mother he was forced to assume the reins of government when he was only 24 years of age. Known as John, the Clement, he, however, met a treacherous death with high suspicions of have been poisoned. At a personal level as well as a reigning sovereign he had to face a life of hardships. Thus, it is important to explore the nature of nineteenth century historians' accounts and the ways they have represented him for posterity.

Keywords: History. Historiography. Representation. King John VI. Portugal.

Referências

- CHAGAS, M. P. *et al. Historia de Portugal*. v. VI. Lisboa: Empreza Litteraria de Lisboa, s.d. *Historia de El-Rei D. João VI Primeiro Rei Constitucional de Portugal e do Brazil em que se referem as principaes ocorrências do seu governo, bem como algumas particularidades da sua vida privada*. [por S... L...]. Lisboa: Typographia Universal, 1866.
- LENORMAND. *Histoire de Jean VI, roi de Portugal, depuis sa naissance jusqu'à sa mort en 1826 avec des particularités sur sa vie privée et sur les principales circonstances de son règne*. Paris: Ponthieu et Cie, 1827.
- MARTINS, O. *História de Portugal*, Lisboa: Guimarães Editores, 1991.
- MARTINS, O. *Portugal Contemporâneo*. 8ª ed. Lisboa: Guimarães & Cª Editores, 1976.
- NEVES, J. A. das. *Historia geral da invasão dos francezes em Portugal e da restauração deste reino*. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1810-1811, 5 v.
- PEDREIRA, J.; COSTA, F. D. D. *João VI*. s.l.: Círculo de Leitores, 2006.
- SORIANO, L. *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1890, 19 v.
- VIALE, A. J. *Bosquejo metrico dos acontecimentos mais importantes da Historia de Portugal até á morte do senhor rei D. João VI*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858

Recebido em 22/04/2010

Aprovado em 24/05/1022